

CONCURSO PÚBLICO

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação)

CP/S.00001.2025

Programa do Procedimento

**Renovação e upgrade de solução de segurança - antivírus,
firewall e IOT**



ÍNDICE

CAPÍTULO I	2
Objeto do procedimento.....	2
Entidade adjudicante	2
Órgão que tomou a decisão de contratar	2
Impedimentos	3
Relevação de impedimentos	3
Concorrentes.....	3
Agrupamentos.....	3
CAPÍTULO II.....	4
Peças	4
Disponibilização das peças do procedimento	4
Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento	5
CAPÍTULO III.....	6
Modo de apresentação da proposta.....	6
Prazo de apresentação da proposta.....	6
Documentos da proposta	7
Preço da proposta	7
Propostas variantes	8
Prazo de manutenção da proposta	8
CAPÍTULO IV	8
Critério de adjudicação.....	8
Critérios de desempate	8
Análise das propostas	8
Audiência prévia	9
CAPÍTULO V	9
Documentos de habilitação.....	9
CAPÍTULO VI	11
Caução	11
Celebração do contrato	11
CAPÍTULO VII.....	12
Legislação aplicável	12
ANEXO I.....	13
ANEXO II.....	15
ANEXO III	16

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a celebração de um contrato para - **Renovação e upgrade de solução de segurança - antivírus, firewall e IOT** - para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, com os **códigos CPV's 72910000-2 - Serviços informáticos de segurança, 72267000-4 Serviços de manutenção e reparação de software e 32420000-3 Equipamento de rede**, aberto por Concurso Público nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, a seguir abreviadamente designado (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e segue a tramitação nos termos do disposto no artigo 130.º a 148.º, todos do CCP.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, a seguir, abreviadamente designado por (SMASTV), com o NIF: 680015973; Tel.: 261336500; com o e-mail: geral@smastv.pt e endereço Internet (URL) www.smastv.pt, com a morada na Av. 5 de outubro, 2560-270 Torres Vedras.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Torres Vedras, em sua reunião de 29.04.2025, tomada no uso da delegação de competência delegada pela Câmara Municipal de Torres Vedras em sua reunião de 08.10.2024, para contratar e autorizar a respetiva despesa com locação e aquisição de bens e serviços, acima de 149 639,37 €.

Artigo 4.º

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem nalguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP ou noutra situação legalmente prevista, impeditiva de participação em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos.

Artigo 5º

Relevação de impedimentos

O disposto no artigo anterior aplica-se sem prejuízo das relevações dos impedimentos nos termos do artigo 55.º - A do CCP, desde que a demonstração se efetue aquando da participação no procedimento.

Artigo 6.º

Concorrentes

É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa no presente procedimento, mediante a apresentação de uma proposta e que não se encontre em nenhuma das situações de impedimento a que se refere o Artigo 4.º do presente Programa de Procedimento.

Artigo 7.º

Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:

- a) Os membros que integrem o agrupamento respeitem o disposto no artigo anterior e não se encontrem em nenhuma das situações de impedimento a que se refere o artigo 4.º deste Programa de Procedimento.
- b) Os membros que compõem o agrupamento declarem que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, de acordo com os números seguintes.

2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante as entidades adjudicantes, pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da proposta.
3. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante as entidades adjudicantes, pela manutenção da proposta.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

CAPÍTULO II

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 8.º

Peças

O procedimento é constituído pelo Anúncio, Caderno de Encargos e pelo presente Programa de Procedimento.

Artigo 9.º

Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento a que se refere o artigo anterior são disponibilizadas na Plataforma de Contratação Pública AcinGov.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento, em suporte físico, encontram-se patentes na morada da entidade adjudicante conforme indicado no artigo 2.º, onde podem ser consultadas, durante as horas de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h30 às 17h00), desde a data da publicação do Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, até à data-limite de apresentação das propostas.

Artigo 10.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os/as interessados/as podem apresentar pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do contrato a celebrar que o/a interessado/a não considere exequíveis.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri do procedimento pronuncia-se sobre os esclarecimentos solicitados e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos/as interessados/as, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar poderá, no mesmo prazo do número 2, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.

4. Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelos/as interessados/as serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento sendo todos/as os/as interessados/as notificados/as desse facto.

5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPÍTULO III

PROPOSTA

Artigo 11.º

Modo de apresentação da proposta

1. A proposta e todos os seus documentos, são obrigatoriamente apresentados, através da plataforma eletrónica AcinGov em formato PDF e assinados com **recurso a assinatura eletrónica qualificada**.

1.1. Nos casos em que o **"Certificado Digital"**, não possa relacionar diretamente o/a assinante com a sua função e poder de assinatura, deve ser juntamente submetido, **Certidão da Conservatória do Registo Comercial** ou, **código de acesso** à Certidão Permanente e Procuração (quando aplicável).

2. Quando documentos sejam apresentados compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição da assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

3. A proposta e seus documentos, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

4. Quando a proposta seja acompanhada de documentos técnicos, tais como, catálogos, fichas técnicas e certificados de conformidade, podem estes, ser admitidos redigidos em língua inglesa.

5. Os/as concorrentes devem apresentar a proposta nos moldes do exigido nos números anteriores e acompanhada de todos os documentos e elementos solicitados, sob pena de vir a ser excluída nos termos dos artigos 70.º e 146.º do CCP.

Artigo 12.º

Prazo de apresentação da proposta

A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma AcinGov **até às 23h59 do 30.º dia, contados da data do envio do anúncio para publicação no JOUE**.

Artigo 13.º

Documentos da proposta

A proposta é constituída, obrigatoriamente, pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, conforme ficheiro xml disponibilizado na plataforma AcinGov, junto às peças do procedimento (este ficheiro deve ser descarregado para o PC do concorrente e de seguida aceder ao endereço <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/> e selecionar as opções "sou um operador económico", "importar um DEUCP" e "escolher ficheiro", selecionando o ficheiro anteriormente guardado no PC);
- b) **Documento** onde conste:
 - i. **Lista de preços unitários e preço total**, nos moldes do **Anexo I** deste Programa do Procedimento;
 - ii. **Prazos dos serviços de manutenção e garantia** dos equipamentos e software da solução proposta, sem prejuízo dos prazos mínimos fixados na Cláusula 18.ª do Caderno de Encargos;
 - iii. **Prazos de disponibilização do licenciamento e do hardware**, sem prejuízo dos prazos máximos fixados na Cláusula 19.ª do Caderno de Encargos.
- c) **Fichas técnicas de todos os equipamentos propostos**, às quais a entidade adjudicante pretende que a concorrente se vincule;
- d) **Declaração do fabricante**, em como é revendedor autorizado e possui todas as certificações para a prestação de serviços de implementação e assistência técnica nas áreas/equipamentos/software;
- e) **Comprovativos das certificações técnicas** dos recursos humanos afetos ao projeto, de todas as componentes (hardware e software) propostos, atualizadas até à data de envio da proposta.

Artigo 14.º

Preço da proposta

1. Os preços da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 15.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 16.º

Prazo de manutenção da proposta

Os/As concorrentes são obrigados/as a manter a proposta pelo prazo mínimo de 66 dias úteis, contados da data do termo fixado para a sua apresentação.

CAPÍTULO IV

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta o melhor preço, enquanto único aspeto da execução do contrato submetido à concorrência.

Artigo 18.º

Crítérios de desempate

Em caso de empate na ordenação das propostas, o desempate será feito à proposta que apresente o menor prazo de entrega para o licenciamento, e caso o empate se mantenha, à proposta que apresente o menor prazo de entrega para o hardware.

Artigo 19.º

Análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, será elaborado pelo júri, um relatório preliminar onde constará a ordenação das propostas.

2. O júri do procedimento poderá vir a solicitar aos/às concorrentes esclarecimentos sobre as propostas apresentadas, para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
3. No relatório preliminar, o júri propõe a exclusão das propostas quando verificado alguma das situações previstas nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

Artigo 20.º

Audiência prévia

Ao abrigo do direito de audiência prévia, será fixado um prazo de **5 (cinco) dias** para os/as concorrentes se pronunciarem, por escrito, sobre as deliberações do júri tomadas no relatório preliminar.

CAPÍTULO V

HABILITAÇÃO

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1. **Aquando da adjudicação, será solicitado ao/à adjudicatário/a**, para que no prazo de até **5 (cinco) dias** apresente reprodução dos seguintes documentos, **redigidos em língua portuguesa:**

- a) Declaração do **Anexo II**, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º ambos do CCP, na sua atual redação, elaborada em conformidade com o modelo anexo ao presente Programa do Procedimento;
- b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ou, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo Serviço de Finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, ou se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- d) Documentos comprovativos em como a sociedade e os titulares dos órgãos sociais da administração não se encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, ou seja, **certificados do Registo Criminal da sociedade e de todos os órgãos sociais da gerência ou administração**, conforme a situação;
 - e) Comprovativo da submissão da declaração, para efeitos do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), emitido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., do Ministério da Justiça, atento o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Regime Jurídico do RCBE, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação (quando aplicável).
2. Nos moldes do número 1. e no âmbito do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), deverá ainda ser apresentada declaração de inexistência de impedimento, elaborada em conformidade com o modelo **Anexo III** deste Programa do Procedimento.
3. O Órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que não conste deste Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. Quando os documentos referidos estejam disponíveis na Internet, o/a adjudicatário/a pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
5. No caso da impossibilidade da emissão de algum dos documentos referidos no número 1, é prova bastante, a apresentação de documentos equivalentes nos termos da faculdade prevista no artigo 83º-A do CCP.
6. Caso venha a ser verificada alguma irregularidade no(s) documento(s) apresentado(s), será concedido pela entidade adjudicante um prazo de mais 2 (dois) dias para supressão das irregularidades que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do referido diploma.

7. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, com exceção daqueles que pela sua própria natureza ou origem se encontrem redigidos em língua estrangeira, caso em que devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
8. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (entidade gestora (IMPIC)), fica dispensado da apresentação dos documentos indicados nas alíneas c), d) e e) do número 1.
9. A não apresentação dos documentos conforme o exigido, bem como o não suprimento das irregularidades dentro dos prazos fixados, leva à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP.

CAPÍTULO VI

CAUÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 22.º

Caução

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não será exigível a prestação da caução.

Artigo 23.º

Celebração do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar, é enviada para aceitação ao/à adjudicatário/a, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
2. A outorga do contrato escrito deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta, ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes.
3. A entidade adjudicante comunica ao/à adjudicatário/a, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo este ser inferior a 3 (três) dias, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP.
4. As despesas com a celebração do contrato são por conta do/a adjudicatário/a.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento, aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do presente procedimento.

ANEXO I

Lista de preços unitários

Item	Equipamento	Quant.	Valor Unitário	Preço total
1	SWITCHES TIPO 1 (CORE/DISTRIBUIÇÃO/ToR)			
1.1	Do tipo ou equivalente Nexus 9300 48p 1/10/25G, 6p 40/100G, MACsec,SyncE	2	__,_€	__,_€
1.1.1	SNTC-8X5XNBD do tipo ou equivalente Nexus 9300 48p 1/10/25G, 6p 40/100G, MAC	2	__,_€	__,_€
1.1.2	Dummy PID for Airflow Selection Port-side Intake	2	__,_€	__,_€
1.1.3	Mode selection between ACI and NXOS	2	__,_€	__,_€
1.1.4	Do tipo ou equivalente Nexus 9300, 9500, 9800 NX-OS SW 10.5.1 (64bit) Cisco Silicon	2	__,_€	__,_€
1.1.5	Do tipo ou equivalente Nexus 3K/9K Fixed Accessory Kit, 1RU front and rear removal	2	__,_€	__,_€
1.1.6	Do tipo ou equivalente Nexus Fan, 35CFM, port side intake airflow	8	__,_€	__,_€
1.1.7	OPT OUT PID FOR MEM UPGRADE USE ONLY	2	__,_€	__,_€
1.1.8	Do tipo ou equivalente Nexus NEBs AC 650W PSU - Port Side Intake	4	__,_€	__,_€
1.1.9	Power Cord, 250VAC 10A CEE 7/7 Plug, EU	4	__,_€	__,_€
1.1.10	Select if this product will NOT be used for AI Applications	2	__,_€	__,_€
1.1.11	OPT OUT FOR "Default" DCN Subscription Selection	2	__,_€	__,_€
Cabos DAC - Constituição de Cluster				
1.1.12	100GBASE-CR4 Passive Copper Cable, 1m	2	__,_€	__,_€
Transceivers 40G LR4 (10 Km) - Interligação DC1-DC2				
1.1.13	QSFP 40GBASE-LR4 Trnscvr Mod, LC, 10km, Enterprise-Class	2	__,_€	__,_€
2	TRANSCEIVERS E CABOS DAC			
Transceivers 10G LR4 (10 Km) - Interligação COM/CC				
2.1	10GBASE-LR SFP Module, Enterprise-Class	2	__,_€	__,_€
Transceivers 10G LR4 (10 Km) - Ligação Redundante COM e CC				
2.2	10GBASE-LR SFP Module, Enterprise-Class	4	__,_€	__,_€
Cabos de Stacking para MS225 (Constituição de Stack Bastidor Principal)				
2.3	Meraki 40GbE QSFP Cable, 0.5 Meter	3	__,_€	__,_€
2.4	Meraki 40GbE QSFP Cable, 1 Meter	1	__,_€	__,_€
Cabos DAC - Interligação de Novas Firewalls				

Item	Equipamento	Quant.	Valor Unitário	Preço total
2.5	10GBASE-CU SFP+ Cable 3 Meter	4	___,___€	___,___€
3	FIREWALL PALO ALTO			
3.1	Palo Alto Networks PA-1410	2	___,___€	___,___€
3.2	Power cord for Continental Europe with IEC-60320 C13 and CEE 7/7 SCHUKO cord ends,10A, 250V max, 6ft	2	___,___€	___,___€
3.3	SFP+ form factor, LR 10Gb optical transceiver, long reach 10Km, SMF, duplex LC, IEEE 802.3ae 10GBASE-LR compliant	2	___,___€	___,___€
3.4	PA-1410, Precision AI Network Security Subscription 36 Months	2	___,___€	___,___€
3.5	PA-1410, Partner enabled premium support, 3 years (36 months) term. 36 Months	2	___,___€	___,___€
3.6	Enterprise IoT Security Plus product option. Should be purchased with IoT Security subscription. 36 Months	1	___,___€	___,___€
3.7	PA-1410, IoT subscription, 3 years (36 months) term. 36 Months	2	___,___€	___,___€
3.8	Cortex Data Lake with 1TB of storage, 3-year, includes Partner Premium Support 36 Months	1	___,___€	___,___€
4	SEGURANÇA ENDPOINTS XDR			
4.1	Cortex XDR Pro for 1 endpoint, includes 30 days of data retention and standard success	200	___,___€	___,___€
4.2	Extended Threat Hunting (enhanced visibility) add-on for Cortex XDR ProEP/Cloud (price per Endpoint). Includes 30 days of data retention.	200	___,___€	___,___€
4.3	Host Insights add-on for Cortex XDR	200	___,___€	___,___€
4.4	Cortex XDR Pro for daily ingested GB. Includes 30 days of ingested data retention, 180 days of alerts and incidents retention and standard success	33	___,___€	___,___€
5	Cablagem			
5.1	Cordão LC/LC SM duplo 2m	12	___,___€	___,___€
Sub-Total Hardware e Software			___,___€	___,___€
6	Serviços			
6.1	<u>Serviços profissionais de implementação</u>			
6.1.1	Serviços profissionais de comunicações - Staging, instalação, configuração e testes	1	___,___€	___,___€
6.2	<u>Serviços de manutenção</u>			
6.2.1	Manutenção Basic 8x5 NBD - Inclui manutenção preventiva 3 years (36 months)	1	___,___€	___,___€
Sub-Total Serviços			___,___€	___,___€
Valor total da proposta (Valor do Hardware e Software + Valor dos serviços)				___,___€

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º] **na sua atual redação**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

[a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015 de 26.05 e o n.º 4 do artigo 69.º do CPA, aprovado pelo DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro]

... (Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), DECLARA, sob compromisso de honra, que a sua representada ² **não possui qualquer impedimento** legal, no âmbito do procedimento administrativo atrás identificado previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro.

...(local),...(data), ... (assinatura)

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".